

RADAR FEMINISTA



DO CONGRESSO NACIONAL

07 a 11 de setembro de 2020

A semana que passou foi repleta de reações contra a Portaria 2.282/2020, que dificulta o acesso de mulheres e meninas ao aborto legal. A sociedade, de um modo geral, se manifestou contrária à medida. Mais de 2 mil profissionais de saúde e do direito assinaram manifesto. Centenas de organizações de direitos humanos se posicionaram pela revogação da Portaria. A Defensoria Pública da União, em conjunto com as Defensorias Públicas dos Estados de SP, PR, MG, AM, BA, MT, RJ, MS, ES, RR e DF, entrou com Ação Civil Pública.

Em ação proposta no Supremo Tribunal Federal, PT, PSOL, PSB, PCdoB e PDT ajuizaram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ([ADPF 737](#)), para suspender a eficácia da norma e impedir que haja constrangimento à vítima de estupro ao exercer o direito ao aborto legal, assegurado pelo Código Penal. O Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (Ibross) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 6552](#)) no mesmo sentido.

Pressionado, o Ministro interino da Saúde acena com uma nova versão da Portaria, ao tempo em que a deputada Chris Tonietto (PSL/RJ) e Filipe Barros (PSL/PR) querem investigar o promotor do Espírito Santo que assegurou o direito à interrupção da gravidez. **Como se vê, os fundamentalistas deram esse caso por perdido, mas tentam impedir que o fato se repita.** Por outro lado, mais de 20 organizações feministas lançaram a campanha [Nossa Palavra Basta #RevogaPortaria2282](#), para pressionar o presidente da Câmara a colocar o PDL que susta a portaria em votação.

No Congresso, segue o debate sobre a prorrogação do auxílio emergencial, com parlamentares pressionando para que sejam mantidos os 600 reais pagos até agora, ao invés dos 300 reais propostos pelo governo federal ([MP 1.000/2020](#)). Dezenas de organizações da sociedade civil, juntas na **campanha [Renda Básica que Queremos](#)** também tem se manifestado pela manutenção do valor já pago. Entra também em pauta, com força, a Reforma Administrativa. No dia 4 de setembro o governo apresentou a [PEC 32/2020](#), que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Bolsonaro, não satisfeito com o que já fez e faz para impedir um controle mais efetivo da pandemia (quebrar o isolamento, desincentivar e vetar o uso de máscaras, manter general como ministro interino de saúde), agora declara, em referência a uma possível futura campanha de vacinação contra a covid-19, que "ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina", sob a cínica justificativa de que o governo preza pela liberdade do brasileiros. E tudo isso com o Brasil ultrapassando 4,2 milhões de infectados pela covid-19 e mais de 127 mil mortes.

PROPOSTAS APROVADAS



Segue o debate sobre a proposta que obriga condôminos a notificarem casos de violência doméstica e familiar

PL 2510/2020, do Senado Federal, altera a Lei do Condomínio, o Código Civil e o Código Penal, para estabelecer o dever de condôminos, locatários, possuidores e síndicos informarem às autoridades competentes os casos de violência doméstica e familiar de que tenham conhecimento no âmbito do condomínio, e para incluir na tipificação do crime de omissão de socorro os casos de violência doméstica e familiar. A proposta será revisada pela Câmara.

EM PAUTA NA SEMANA

Desde o início da Pandemia, nem sempre a pauta do Congresso está disponível a tempo de incluímos no Radar. Por isso, as informações disponibilizadas nesta edição se referem aos projetos apresentados e aprovados na última semana. Caso algum projeto de urgência do nosso interesse entre em pauta, informaremos por meio de um Alerta específico.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Continua a mobilização para a derrubada Portaria 2.282/2020, que dificulta o acesso ao aborto legal

No Senado foram apresentadas duas propostas com o intuito de sustar a portaria, o PDL 386/2020 de iniciativa dos Senadores Humberto Costa (PT/PE), Paulo Rocha (PT/PA) e Zenaide Maia (PROS/RN) e o PDL 387/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS). Temos cinco propostas apresentadas nesse sentido, essas duas no Senado e três na Câmara: PDL 381/2020, (Jandira Feghali – PCdoB/RJ e mais 10 deputadas), PDL 383/2020, (Alexandre Padilha – PT/SP) e PDL 385/2020 (Mario Heringer – PDT/MG).

Ainda no campo do aborto legal, REQ 2328/2020, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), convoca o ministro Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre aliança com os EUA para iniciativa internacional contra o aborto legal.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Atendimento psicológico para gestante no SUS, proposta correta com argumentos complicados

PL 4432/2020, de autoria do deputado Deuzinho Filho (REPUBLIC/CE), dispõe sobre o atendimento psicológico e/ou psiquiátrico para as gestantes, tornando-o obrigatório nas unidades de saúde componentes do SUS. **Chama a atenção a justificativa do projeto**, centrada nos problemas que uma gravidez pode acarretar para uma mulher e, mais do que isso, os prejuízos que ela pode gerar para o feto se for acometida por problemas psicológicos ou psíquicos, chegando a afirmar que: “Distúrbios psicológicos que incidem nessa fase podem gerar alterações no feto que serão determinantes na formação do indivíduo adulto. Muitos problemas que os indivíduos apresentam ao longo de seu desenvolvimento podem ser causados pelos distúrbios psíquicos enfrentados pela sua mãe na fase da gestação”. É como dizem? A culpa é da mãe?

Proposta cria crime de perseguição contra a mulher no ambiente doméstico e familiar

PL 4411/2020, de autoria da deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), dispõe sobre a criação do crime de perseguição ou stalking contra a mulher no ambiente doméstico e familiar quando o agente se prevalece de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher: “perseguir ou importunar, de modo frequente outra pessoa, por qualquer meio, direta ou indiretamente, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação: Pena – detenção, de seis meses a 3 anos, ou multa”.

Marido ou companheiro agressor sem direitos a partilha de bens

PL 4467/2020, de autoria da senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), altera o Código Civil, para impedir a prestação de alimentos ou a partilha de bens adquiridos na constância do casamento ou da união estável, em favor do cônjuge ou companheiro agressor.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Repercussões do caso da menina do ES ensejam novas propostas legislativas

PL 4406/2020, de autoria do senador Dário Berger (MDB/SC), altera o Código de Processo Penal, para tornar inafiançáveis os crimes relacionados à prática da pedofilia. E INC 981/2020, de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), sugere que o ministro da Educação, prepare educadores para implementarem a abordagem interdisciplinar e transversal sobre abuso sexual em disciplinas escolares.

Cota para negros e mulheres nos anúncios e campanhas publicitárias custeadas com recursos públicos

PL 4403/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), determina que os anúncios e campanhas publicitárias custeadas com recursos públicos federais observarão, quanto à representação de pessoas e à elaboração de artes visuais, pelo menos as seguintes porcentagens: I - 56% (cinquenta e seis por cento) de pessoas pretas ou pardas; e II - 51% (cinquenta e um por cento) de mulheres.

E uma Câmara que não seja mais somente “dos deputados”

Projeto de Resolução (PRC 56/2020), de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), atribui à Câmara dos Deputados o nome de “Câmara das Deputadas e Deputados do Brasil”.

Visibilizar as mulheres nos espaços da Câmara

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) apresentou dois projetos de resolução, um para denominar o Plenário II do Anexo II da Câmara de Anésia Pinheiro Machado (PRC 55/2020) e outro para denominar corredor de acesso ao Plenário de Tereza de Benguela (PRC 54/2020).

Isenção de multa para quem não comparecer para votar

PL 4469/2020, de autoria da deputada Adriana Ventura (NOVO/SP), altera o código Eleitoral para isentar de multa quem não comparecer para votar em razão da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

O que o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem feito para combater o racismo?

RIC 1122/2020, de autoria do deputado Helder Salomão (PT/ES), requer que sejam solicitadas informações à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos acerca de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade étnico-racial no âmbito de seu Ministério.

São 29 perguntas, que vão desde a implementação do Plano Nacional de Igualdade Racial (PLANAPIR) e o porquê da extinção de seu Comitê de Articulação e Monitoramento, sobre o Plano Juventude Viva e Programa Brasil Quilombola, passando pelo questionamento do porquê no Plano Plurianual 2020-2023 não são mencionados programas voltados para o combate ao racismo e a promoção da igualdade étnico-racial e o baixíssimo orçamento aplicado nesse campo.

Outros dois requerimentos foram apresentados à ministra Damares: RIC 1134/2020, de autoria da deputada Natália Bonavides (PT/RN), requer informações sobre as descobertas da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos no biênio de 2019 e 2020; e RIC 1138/2020, de autoria do deputado Patrus Ananias (PT/MG), solicita informações sobre o número de militares que foram nomeados em Cargos de Comissão.

Proposta sugere que Câmara fomente a participação de meninas em Olimpíadas de Conhecimento

PRC 57/2020, de autoria da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO), dispõe da criação do Prêmio Meninas Olímpicas conferido pela Câmara dos Deputados, objetivando fomentar a participação de meninas em olimpíada de Conhecimento, a fim de ampliar suas áreas de atuação no mercado de trabalho, através das Olimpíadas Científicas.

Mais proteção e direitos para as pessoas com idade igual ou superior a 80 anos

PL 4472/2020, de autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), altera dispositivos específicos do Estatuto do Idoso, do Código Penal, da Lei de Contravenções Penais e da Lei de Tortura para dispor sobre os direitos da pessoa idosa hiper vulnerável e a punição dos crimes contra ela praticados.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Regular candidaturas coletivas

PL 4475/2020, de autoria do deputado João Daniel (PT/SE), altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer regras para o registro e para a propaganda eleitoral de candidaturas promovidas coletivamente.

Na justificativa o autor afirma que o objetivo não é limitar ou dificultar a mobilização e a participação coletiva em torno de candidaturas específicas. Mas motivado pelo diagnóstico de que a multiplicação de movimentos coletivos informais de engajamento e promoção de uma candidatura eleitoral nos últimos anos deve ser incentivada e alicerçada juridicamente pelo arcabouço jurídico-eleitoral vigente, o que, sem dúvidas, reduzirá as margens para questionamentos futuros e, conseqüentemente, garantirá a segurança jurídica necessária para o fortalecimento de iniciativas dessa natureza.

Descanso pra quê? Mais uma portaria a ser sustada, a que autoriza de forma permanente o trabalho aos domingos e feriados

PDL 390/2020, de autoria do deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP), susta a aplicação de duas Portarias do Ministério da Economia (604/2019 e 19.809/2020), que retiram de trabalhadores urbanos e rurais o direito assegurado na Constituição: descanso remunerado, preferencialmente aos domingos.

Governo segue eliminando ou dificultando a participação popular

RQS 2222/2020, de autoria do senador Paulo Rocha (PT/PA), requer informações ao ministro do Meio Ambiente sobre a eliminação da participação popular da composição da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG).

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Portaria do MS retira proteção de trabalhadoras e trabalhadores acometidos pela Covid-19. Mais uma portaria para ser sustada

PDL 392/2020, de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), susta Portaria do Ministério da Saúde que “torna sem efeito a Portaria nº 2.309/GM/MS, de 28 de agosto de 2020”, que colocava a covid na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, o que assegurava uma série de proteções as trabalhadoras e trabalhadores. Os deputados Alexandre Padilha – PT/SP (PDL 388/2020), José Guimarães – PT/CE (PDL 389/2020) e Sâmia Bomfim – PSOL/SP (PDL 393/2020) apresentaram propostas com o mesmo teor.

Com a retirada da covid-19 da Lista, o segurado do INSS que for afastado por mais 15 dias perde o direito de sacar o FGTS proporcional aos dias de licença. Perde também a estabilidade no emprego por um ano que lhe era assegurada pela portaria revogada. Além disso, o/a trabalhador/a perde o direito de pedir indenização para si ou para seus familiares, por danos morais e materiais às empresas, nos casos mais graves da doença e o auxílio-doença fixado em 60% do valor das contribuições da Previdência, entre outras coisas.

VALE A PENA CONFERIR!

Coluna Baderna Feminista

Artigo do CFEMEA na Coluna Baderna Feminista, no portal Outras Palavras: [Como o Estado violenta as meninas e mulheres.](#)

Nota de Repúdio

Nota de repúdio à portaria do Ministério da Saúde que impõe entraves à realização de procedimento previsto em lei de interrupção de gravidez em caso de estupro, assinada por mais de 330 organizações de Direitos Humanos, além de uma dezena de apoiadores institucionais.

Gênero e Número

Matéria: Caso de estupro no ES motiva 24 projetos de lei no Congresso, mas metade foca apenas na punição ao agressor.

Coletânea STF

Coletânea do Supremo Tribunal Federal: [Diversidade – Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática](#), sobre a sua jurisprudência em matéria de Direitos da População LGBTQI+.



Radar elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).